



AVISO CONCURSO PÚBLICO PARA AGENTE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA-AAP SECRETARIADO DA
COMISSÃO DA FUNÇÃO PÚBLICA

Posição: Formador de Equipe

O Secretariado da Comissão da Função Pública – SCFP, dando o seguimento do Despacho da Comissão da Função Pública nº 8611./2021/PCFP, bazeando a 6ª alteração do regimento interno do Secretariado da Comissão da Função Pública–SCFP, Decisão Nº 2190/2016/CFP, Decreto-Lei nº. 34/2008, de 27 de agosto, com a redação dada pelo Decreto-Lei nº. 22/2011, de 8 de junho o regime concurso, recrutamento, seleção, nomeação e promoção pessoal na Administração Pública, o Decreto do Governo nº 6/2015, 16 de Novembro Regime Jurídico dos Contratos de Trabalho a Termo Certo na Administração Pública, publica o presente aviso de seleção por mérito para **Agente da Administração Pública (AAP)** para a posição de **Formador de Equipe**, por um período de 1 ano (12 meses), renovável.

Número ref.	CPA/16/SCFP/VIII/2021
POSIÇÃO:	Formador de Equipe
CATEGORIA	Técnico Profissional / Grau D
N.º DE VAGAS:	1 (uma) Vagas
LOCAL DE TRABALHO:	Edifício Central da Comissão da Função Pública, Caicoli, Dili.
SUPERVISOR IMEDIATO:	Secretária Executiva
QUALIDADE DO VÍNCULO:	Contratação de Serviço por 1 ano (12 meses), renovável
CONCURSO:	Público
Remuneração	Salário por mês (\$272)

A. Descrição do conteúdo funcional do posto de trabalho:

Esta é uma posição de apoio e gestão da Secretária Executiva como responsável pela gestão eficiente, eficaz e económica dos recursos materiais, humanos e financeiros.

Atividades Principais:

1. Elaborar matéria de formação relacionado aos sistemas de gestão de informação da CFP;
2. Realizar treinamentos sobre o uso de sistemas de informação da CFP;
3. Realizar disseminação sobre os sistemas de gestão de informação da CFP;
4. Interação com o Engenheiro de Software da CFP para elaborar documentação dos projetos de softwares desenvolvidos na CFP;
5. Interação com gerente de projetos da CFP para controle de prioridades na execução das tarefas.

B. Requisitos de seleção:

Requisitos obrigatórios

1. Ser cidadão de Timor-Leste;
2. Não ter sido condenado por crime doloso a que corresponda pena de prisão efectiva de dois ou mais anos ou praticado actos que devam ser considerados e manifestem incompatibilidade com o exercício de funções na Administração Pública;
3. Nunca ter sido demitido de uma instituição do Estado;
4. Estar pronto para viajar ou ser colocado em qualquer parte do território nacional e no exterior.

Requisitos mínimos:

1. Graduação nível universitário na área de Educação acrescido de habilidade básica no uso de sistemas de gestão de informação; ou
2. Graduação nível universitário em Engenharia Informática, Ciências de Computação/Treinamento de Pessoas;
3. Habilidade em Elaboração de Apresentações utilizando Microsoft Powerpoint ou Libreoffice Impress;
4. Habilidade em Elaboração de Material de Formação/Treinamento de Equipes;
5. Conhecimento da Língua Portuguesa;
6. Conhecimento da Língua Inglesa;
7. Conhecimento da Língua Tétum.

Requisitos Desejáveis:

1. Experiência profissional ou académica com plataformas de ensino digital, como o sistema Open Source Moodle;
2. Experiência profissional ou académica na área da Administração pública;
3. Experiência profissional ou académica da elaboração de manuais de usuário de sistemas ou equipamentos.

C. Documentos Exigidos para apresentação com o requerimento da inscrição

1. Requerimento assinado pelo requerente e dirigido ao Presidente de Júri;
2. Curriculum Vitae (CV) assinados pelo requerente;
3. Certidão de Bom Comportamento emitido pelo Ministério da Justiça ainda em período de validade (Podendo ser apresentado na altura da Prova Oral);
4. Atestado médico (Podendo ser apresentado na altura da Prova Oral);
5. Foto-cópia Habilitação Literária ou Diploma legalizado pelo Ministério da Educação;
6. Fotocópia Certidão de Nascimento/RDTL;
7. Fotocópia Cartão de Eleitoral;
8. Fotocópia Bilhete de Identidade (BI);
9. Outros documentos de interesse para a candidatura.

D. Composição do Júri.

Composição do Júri da seleção;

1. Moises Almeida Sousa Pedroso – Diretor – CFP – Presidente do Júri;2
2. Nelson Philomeno Rego de Jesus – SFCF – Vogal
3. Cesarina da Silva Mendes – Chefe Dep. – SFCF – Vogal;
4. Edgar Maria do Rego Magno – Chefe Dep.– SFCF – Vogal;
5. Lidonia Manuel – SFCF – Vogal;
6. Guilherme AC Penha – SFCF – Observador;

E. Os seguintes tópicos serão exigidos por ocasião do exame escrito:

1. Constituição da RDTL; .
2. Estatuto da Função Pública (Lei no. 8/2004 e Lei no. 5/2009);
3. Lei da Comissão da Função Pública (Lei no. 7/2009);
4. Conhecimento Geral;
5. Tópicos relevantes da posição.

F. Julgamento e Sistema de Classificação Final.


Os métodos de seleção compreendem, análise do currículo, prova escrita, entrevista e verificação das referências pessoais. A classificação final resulta de média aritmética simples das classificações obtidas em todos os métodos de seleção, numa escala de 0 a 100 pontos, considerando-se aprovados os candidatos que optiverem classificação igual ou superior a 60 pontos.

O Candidato que optiver o maior número de pontos e preencher as demais condições deste aviso será nomeado e empossado no cargo. Em caso de empate é dada preferência ” ao candidato do sexo” Feminino.

Entidade a quem apresentar o requerimento de inscrição ao concurso, acompanhado do currículo Vitae (CV), deve ser dirigido ao Presidente de Júri, e os documentos são submetidos através do sistema atendimento digital da CFP (<https://atendimento.cfp.gov.tl>) ou email recrutamentoitc@cfp.gov.tl. a partir de 27 de agosto até 10 de setembro de 2021.

Afixação de resultados admitidos ao concurso bem como a lista de Classificação final será afixada no quadro de aviso do Secretariado da Comissão da Função Pública e no **website**, www.cfp.gov.tl.

Díli, 25 de agosto de 2021


Moises Almeida Sousa Pedroso
Presidente do Painel Júri